

# Deputados agora querem salário como ministros

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Câmara quer equiparar o salário dos constituintes aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, acabando com o pagamento de jetons, diária de sessão extra, ajuda de custo e outros penduricalhos que compõem hoje o subsídio parlamentar. A proposta foi apresentada pelo deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), 2º vice-presidente, que pretende "moralizar" o salário dos constituintes, inclusive com o recolhimento do Imposto de Renda sobre os rendimentos integrais.

A proposta foi levada aos líderes de todos os partidos, para ser viabilizada o mais rápido possível. Segundo Paulo Mincarone, a equiparação ao Supremo é "real, é constitucional e é a única saída para regularizar essa situação, objeto de tantas críticas". Ele salientou que a Câmara, no final da última legislatura, abriu mão do aumento constitucional a

que tinha direito e agora não terá mais nenhuma condição para reajustar os salários dos deputados.

Este ano, os deputados e senadores tiveram aumento de 25%, a partir do dia 1º de janeiro, com base no reajuste concedido aos funcionários públicos federais. Foi aumentado, ainda, em mais de 200% o auxílio-moradia, pago a deputados que residem em hotéis, elevando de Cz\$ 8.000,00 para Cz\$ 25.000,00 o benefício. A Mesa justificou o aumento alegando a alta dos preços das diárias dos hotéis e o déficit de apartamentos funcionais da Câmara.

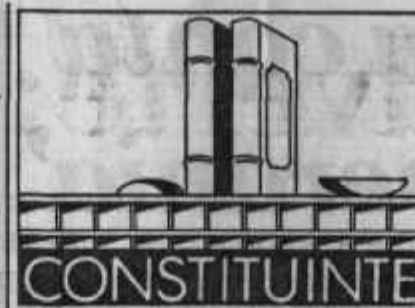
Segundo Paulo Mincarone, de acordo com o Artigo 33 da Constituição, a Câmara e o Senado só poderiam pagar o subsídio e a ajuda de custo aos parlamentares. Todos os demais pagamentos — diária de sessão extra, encargos de gabinete, auxílio-moradia, serviços de telefonia, auxílio-transportes, são irregulares. "Precisamos acabar com essa situação esdrúxula", enfatizou.

De acordo com o último ato da

Mesa, do dia 1º deste mês, a remuneração e cotas de serviços parlamentares são as seguintes: Subsídio fixo — 6.330,55; subsídio variável — 7.887,00; diária de sessão extra — 262,00; ajuda de custo — 6.985,20. Outras vantagens são: auxílio-transporte no Estado e no DF — 22.020,02; auxílio-moradia ao parlamentar sem imóvel funcional — 25.000,00.

Além disso, cada parlamentar tem direito a quatro passagens aéreas mensais para seus respectivos Estados. Os valores variam de, o menor, 8.708,00 — para Goiânia — a, o maior, 24.194,10 — para Roraima. Há uma cota telegráfica de 4.800,00 e de telefone de 7.414,00. Esses benefícios são pagos diretamente pela Câmara, na forma de salário indireto.

O salário básico de um ministro do STF hoje é de Cz\$ 36.250,00, somando-se os adicionais por tempo de serviço: o salário mais alto é de 87.000,00, que é o somatório dos Cz\$ 36.250,00 mais 140% resultantes adicionais por tempo de serviço de um magistrado em fim de carreira.



## Câmara vigia roupa feminina

A Coordenação de Apoio Parlamentar da Câmara resolveu também dar sua contribuição à vida política do País. Preocupada em zelar pelo decoro do Congresso, a diretora Iris Berlinck ressuscitou agora um ato da Mesa de 1979, que "disciplina o uso de calças compridas por pessoa do sexo feminino nas dependências da Câmara dos Deputados".

As secretárias parlamentares podem usar calças compridas no Congresso, com exceção do plenário, mas precisam observar algumas exigências: "Cores sóbrias, comprimento normal, largura da boca não ultrapassando o tamanho do sapato, não ser muito justa ao corpo e blusa ou equivalente cobrindo inteiramente a cintura". O comunicado foi distribuído contendo também a cláusula sétima do contrato individual de trabalho, assinalando que o não cumprimento das normas disciplinares é passível de rescisão por justa causa. Já há muita revolta e confusão por causa da medida.

# TV dará dez minutos diários à Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Assembleia Nacional Constituinte terá dez minutos diários no rádio e na televisão para a divulgação dos seus trabalhos. Nas emissoras de TV serão cinco minutos à tarde, entre 12 e 14 horas, e à noite, entre 19 e 22 horas. No rádio, o tempo será dividido entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas. Além disso, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, poderá convocar, uma vez por mês, todas as emissoras para que, em rede nacional, sejam promovidos debates de uma hora. Esta foi uma das decisões fechadas ontem pelo relator do projeto de regimento interno da Assembleia, Fernando Henrique Cardoso, para o seu parecer substitutivo, que vai a plenário no máximo até amanhã.

Fernando Henrique anunciou também que serão nove as comissões que vão elaborar a futura Constituição. A mais importante será a de sistematização, que vai dar a redação final do anteprojeto da Constituinte, e terá 85 membros. As outras são as seguintes: comissão de declaração dos direitos e garantias do homem e da mulher; subcomissões da nacionalidade, dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias e dos

direitos individuais e garantias; comissão da organização federal: subcomissões da União, Distrito Federal e Territórios, dos Estados e dos Municípios e regiões; comissão da organização política: subcomissões do poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário e Ministério Público; comissão da organização eleitoral e garantias das instituições: subcomissões do sistema eleitoral e partidos políticos, de defesa do Estado e da sociedade e de garantia da Constituição, reformas e emendas; comissão do sistema tributário, orçamento e finanças; subcomissões de tributos, participação e distribuição das receitas, de orçamento e fiscalização financeira e do sistema financeiro; comissão da ordem econômica: subcomissões de princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade e da atividade econômica; da temática urbana, da política agrícola, agrária e fundiária; comissão da ordem social: subcomissões dos direitos dos trabalhadores, seguridade e previdência, do meio ambiente, da família, menor, idoso, deficiente, populações indígenas e minorias; comissão de educação, cultura, saúde, esportes, comunicação, ciência e tecnologia: subcomissões de educação, cultura, saúde e esportes, da comunicação, da ciência e tecnologia.

## Ulysses pede inquérito contra Hebe

O 2º vice-presidente da Constituinte, Paulo Mincarone, oficiou ontem ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, denunciando que os constituintes foram vítimas de "insultos, doestos e injúrias" no programa Hebe Carmargo, da TVS, levado ao ar na noite de anteontem. Os insultos, conforme disse o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao abrir a sessão do plenário, "mais do que os constituintes, atingiram a própria instituição".

Ulysses Guimarães deu conhecimento ao plenário das providências preliminares que tomou em face dos acontecimentos e foi muito aplaudido pelos constituintes. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte conversou, por telefone, com o ministro Antônio Carlos Magalhães, a quem requisitou a fita do programa da TVS. Depois determinou que ela fosse copiada e mandou abrir inquérito.

O pedido de abertura de inquérito foi feito com base nos artigos 52 e 53 do Código Brasileiro de Telecomunicações, que prevêem que a liberdade de expressão do rádio e da televisão não exclui a responsabilidade criminal. O inciso "I" do artigo 53 diz que "caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os seus respectivos membros são crimes puníveis por lei". Se provado o crime, as punições previstas nesse caso são as seguintes: advertência ou multa, aplicadas pelo Dentel, ou suspensão de um a trinta dias, aplicada pelo próprio ministro das Comunicações.

O jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, representante do Sistema Brasileiro de Televisão em Brasília, entregou ofício ao deputado Ulysses Guimarães, no qual informa que a "direção do SBT já diligenciou no sentido de não se repetirem situações como a que é objeto da justa repulsa do Congresso Nacional neste momento".



## Dentel requisita a gravação

O superintendente do Sistema Brasileiro de Televisão — emissora que transmite ao vivo o programa Hebe Camargo —, Luciano Calegari, confirmou ter recebido ontem de manhã carta do responsável pelo Dentel em São Paulo, Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, pedindo a gravação do programa de terça-feira. Enquanto providenciava a cópia — à qual a imprensa não teve acesso —, Calegari encaminhou dois cassetes de vídeo para o Ministério das Comunicações, para provar que "não houve ofensa grave em hipótese alguma, nada que justifique a apreensão".

A própria apresentadora Hebe Camargo ficou surpresa ontem com a informação de que poderia ser processada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelas "ofensas" contra deputados e senadores feitas no programa de sua responsabilidade. O único momento em que surgiram críticas ao governo, pe-

lo que lembrou Hebe, foi durante um debate entre várias pessoas sobre o sistema previdenciário. Uma delas, o jornalista Giba Um, pelo que se lembra, disse ter apenas repetido o que escreve em sua coluna no jornal Folha da Tarde — segundo ele, em defesa de aposentados e pensionistas do INPS. Giba Um lembra-se também de ter falado da intenção dos deputados da legislatura passada de aumentar seus vencimentos, usando estes termos: "E essa corja ainda teve o desplante de arranjar 25% a mais em seus vencimentos para garantir a aposentadoria".

Para o jornalista, a expressão é natural, "se existe o direito ao livre pensamento no País; caso contrário temos de volta a censura". Giba Um considera-se respaldado pela Constituição para considerar "a maioria dos parlamentares que encerrou o mandato desprezíveis" e dar-lhes "a nota que quiser".